



Alimentação escolar e agricultura familiar: a aplicação da Lei 11.947/09 no município de Camalaú-PB

School feeding and family farming: the application of Law 11.947/09 in the municipality of Camalaú-PB

JANUÁRIO Maria Mirelle Raposo; GOMES, Maria de Lourdes Saturnino²;
OLIVEIRA, Gilmar Silva¹; SOUSA, Maria Luiza Chagas; PEREIRA, Frederico Campos³

¹ ECIT- Pedro Bezerra Filho, mirelleraposoj@gmail.com¹; UFCG, sou.lourdesgomes@gmail.com²; gilmarpicui@gmail.com¹; souzaluiza3596@gmail.com; IFPB, frederico.pereira@ifpb.edu.com.br³.

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: O artigo 14 da Lei 11.947/09 aponta que no atendimento da alimentação escolar, pelo menos 30% da verba repassada aos municípios deve ser direcionada a gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar. Buscando favorecer o mercado local e consequentemente uma alimentação segura e saudável para os estudantes. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi verificar a efetividade do cumprimento de compras de 30% da agricultura familiar para a alimentação escolar dos estudantes no município de Camalaú-PB. A pesquisa teve uma abordagem quantitativa e qualitativa. Buscou-se informações em sites governamentais, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC). Tendo como anos de referência da pesquisa de 2013 a 2017. Dos resultados obtidos, o município de Camalaú atingiu os 30% estabelecidos na lei nos anos de 2015, 2016 e 2017, acatando a determinação do artigo 14 da Lei 11.947/09.

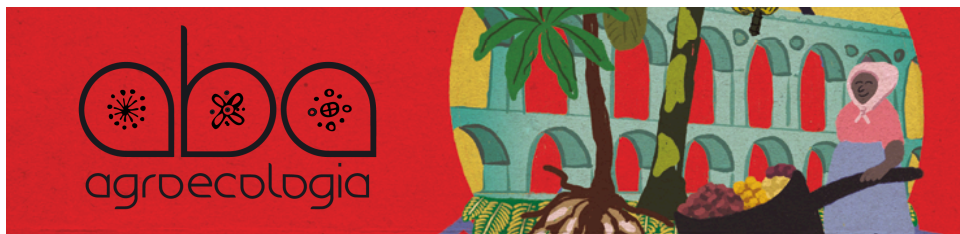
Palavras-chave: agroecologia; mercado local; políticas públicas; segurança alimentar.

Introdução

Diante do atual sistema de produção hegemônico, a agricultura familiar é um dos principais grupos sociais que através de sua atividade produtiva atua na manutenção da agrobiodiversidade através de seus sistemas de cultivos.

Apesar de sua proeminente importância para manutenção da sustentabilidade dos agroecossistemas e da segurança alimentar. A agricultura familiar foi mantida às margens do processo de modernização, consequentemente sendo postergada pela lógica de mercado, dos incentivos financeiros e dos projetos de ciência e tecnologia.

Nesta perspectiva, a agroecologia oferece um arcabouço de estudos voltados a pesquisas e experiências sobre a importância da agricultura familiar, onde cada vez,



mais a mesma vem se tornando uma importante alternativa de modelo de produção diversificada, quando comparado ao modelo hegemônico dominante.

Nesse sentido, subsídios governamentais através da elaboração de políticas como o do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vem a contribuir com o fortalecimento da atividade desse grupo social. O PNAE em seu escopo carrega dupla função, a segurança alimentar e nutricional de estudantes de todas as etapas da educação básica pública, atendendo mais de quarenta milhões de estudantes (FNDE, 2017), e o fortalecimento da agricultura familiar através do mercado.

Tendo em vista a vigência da Lei 11.947/09, que versa em seu artigo 14 sobre o atendimento da alimentação escolar através da agricultura familiar, é dever do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassar 30% (trinta por cento) do valor total destinado a merenda escolar para aquisição de alimentos produzidos por agricultores familiares, desta forma, contribuindo com o comércio local e prestando uma alimentação de qualidade para os alunos.

De acordo com Almeida et al. (2006), as políticas públicas inserem os pequenos agricultores no ápice de um desenvolvimento acelerado e equilibrado. O programa estima priorizar os agricultores que fornecem bons alimentos, principalmente os que são advindos com pouco ou quase nada de agrotóxico, dessa forma, influenciando uma produção orgânica e ou agroecológica.

Em busca da ampliação e valorização das culturas para cada local, os repasses são distribuídos de acordo com os gêneros alimentícios produzidos pelos pequenos agricultores provenientes das culturas alimentares. No Nordeste, isso é representado através de uma alimentação altamente cultural, assim sendo, enaltece os produtores agrícolas das menores e mais pobres cidades.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar o atendimento dos 30% previsto na lei 11.947/09 que instituiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar na cidade de Camalaú/PB, e sua contribuição para a segurança alimentar dos estudantes da rede municipal de ensino, bem como política de apoio econômico para os agricultores familiares do município. Um trabalho de iniciação científica, pré-requisito para conclusão do Curso Técnico Integrado em Agroecologia no município de Camalaú na Paraíba.

Metodologia

O município de Camalaú está localizado na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental, localizado na Região Geográfica Imediata de Monteiro e Região Geográfica Intermediária de Campina Grande (IBGE, 2021).

A pesquisa tem uma abordagem quantitativa quando se tem dados numéricos, mas há outro aspecto que deve ser considerado, a pesquisa quantitativa só tem sentido



quando há um problema muito bem definido e há informação e teoria a respeito do objeto de conhecimento, entendido aqui como o foco da pesquisa (SILVA, 2014). E o foco da pesquisa está voltado para a verificação da aplicação da Lei 11.947/09 no município de Camalaú. Para tanto, buscou-se o quantitativo de repasse e informações dos relatórios de prestações em sites governamentais como o Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC) e outras fontes que pudessem auxiliar na produção do presente estudo.

Em um segundo momento a pesquisa é qualitativa, que é o estudo dos fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995). Ou seja, na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda - ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social.

Os anos de referência da pesquisa foram os de 2013 a 2017, tomando como base o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para isso, utilizaram-se as informações disponibilizadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE, 2016)

Neste sentido, foram acessadas, verificadas, sistematizadas e avaliadas as informações no Sistema de Gestão e Prestação de Contas (SIGPC, 2021) do FNDE que tratam sobre os assuntos do questionário do PNAE aplicado aos gestores para a Prestação de Conta (PC), principalmente, o percentual que foi adquirido de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Resultados e Discussão

Atualmente, o valor repassado pela União a estados e municípios por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa e modalidade de ensino (Tabela 1). O FNDE faz a transferência de recursos financeiros originados do Tesouro Nacional e assegurados no orçamento da União, às Entidades Executoras (EE) podendo ser os Estados, Distrito Federal e Municípios. Essa transferência é realizada em dez parcelas mensais. Inicia-se a transferência no mês de fevereiro, atendendo 200 dias letivos, portanto, cada parcela corresponde a vinte dias de aula (FNDE, 2017).



Tabela 1. Valor repassado pelo FNDE para alimentação escolar de acordo com as modalidades estudantis.

Etapas e modalidades de ensino	Valor
Creches	R\$ 1,07
Pré-escola	R\$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos	R\$ 0,32
Ensino integral	R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno	R\$ 0,53

Fonte: FNDE (2017).

De acordo com Santos et al. (2015) a aquisição dos gêneros alimentícios é de responsabilidade dos estados e municípios, que devem obedecer aos critérios estabelecidos na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, que tratam de licitações e contratos na administração pública. Vide a atualização da nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133/2021. Os recursos repassados destinam-se exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. Para a operacionalização do PNAE cabe ao município arcar com a responsabilidade de montar uma infraestrutura mínima para preparação das refeições.

De 2013 a 2017, o FNDE transferiu R\$588.840,09 destinados a compras para alimentação escolar na cidade de Camalaú (Tabela 2). Deste total, R\$196.583,40 foram utilizados na compra de alimentos advindos da agricultura familiar. Ressalta-se nesse momento que a partir de 2017, não foi possível o acesso a dados atualizados. Pois os dados da agricultura familiar deixaram de ser publicados pelo portal, desde então, não foram atualizados.

De acordo com a literatura acessada e consultada para o desenvolvimento do presente trabalho, percebe-se que o PNAE, tem apresentado melhorias que contribuem para a promoção de segurança alimentar e nutricional dos escolares. Vieira et al. (2020) pactua quando descreve que as estratégias estabelecidas pelo programa possibilitam o acesso dos escolares a uma alimentação saudável, de modo descentralizado, valorizando os alimentos da agricultura familiar e com participação da sociedade.

Unindo a alimentação saudável e o fortalecimento de uma fonte de renda para os agricultores familiares, Araujo et al. (2019) versa que ao ser incentivado o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados, regionais e saudáveis, contribui com a diminuição da prevalência de obesidade e excesso de peso na população escolar, e que a aquisição de alimentos da agricultura familiar arquiteta a



uma rede de incentivo a partir de abarcamento produtivo e cooperativismo no ambiente rural.

Tabela 2. Valores investidos para a alimentação escolar, juntamente com os valores repassados pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar do ano de 2013 ao ano de 2017 na cidade de Camalaú.

Ano	Valor transferido FNDE	Valor da aquisição pela A.F	Percentual
2013	108.040,00	25.715,28	24%
2014	108.756,00	27.845,70	26%
2015	130.062,00	47.547,80	37%
2016	122.926,09	59.688,42	48,56%
2017	119.056,00	35.786,20	30,06%

Fonte: FNDE (2017)

A partir da observação desta tabela, percebe-se que o município de Camalaú atingiu o percentual estabelecido pela Lei 11.947/09 que fomenta a utilização de no mínimo 30% do valor repassado diretamente na compra de gêneros alimentícios advindos da agricultura familiar a partir do ano 2015.

Conclusões

Conforme os dados levantados (o período de 2013 a 2017), pode-se afirmar que a aplicação da porcentagem estabelecida foi utilizada no período pesquisado, conforme determina repasses do FNDE e os relatórios do SiGPC. Entretanto, existe a necessidade de se ampliar cada vez mais as compras governamentais para a merenda escolar dos pequenos agricultores familiares, como forma de fortalecer essa importante política pública que gera qualidade de vida tanto para os agricultores, quanto para os alunos.

Ressalta-se ainda a importância de ampliar a pauta de discussão de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e segurança alimentar no município. Para tanto, fazer novas pesquisas sobre esse tema torna-se relevante para que a sociedade possa acompanhar as possíveis e necessárias mudanças no que diz respeito às melhorias e aprimoramento com o intuito de procurar estabelecer novas e melhores condições para todos os envolvidos nessa política pública: alunos, agricultores familiares e sociedade.

Deve-se considerar também a necessidade de novas pesquisas no sentido de identificar a existência dos desafios de se adequar a efetividade do programa por parte da entidade executora e por parte dos agricultores familiares sob o aspecto de



diversidade da produção com a demanda das escolas baseada nas orientações nutricionais e na quantidade de estudantes. Por fim, ressalta-se que a vigência da Lei 11.947/09 tem significativa relevância para diminuir as desigualdades sociais relativas ao acesso à alimentação adequada e à segurança alimentar existente em nosso país.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo; PAULILLO, Luiz Fernando; BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 14, p. 205-235, 2006.

ARAUJO, Lana Raysa da Silva; BRITO, Andrea Nunes Mendes de; RODRIGUES Malvina Thais Pacheco; MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; MOREIRA-ARAUJO, Regilda Saraiva dos Reis. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.

FNDE. Portal do. **Sobre o PNAE**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 10 de set. de 2021.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, 1995. **Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV, São Paulo, Brasil**. In: <http://www.scielo.br/scielo.php>, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGr_qYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 2 de nov de 2021.

IBGE. Território e Ambiente. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/camalau/panorama. Acesso em: 9 de dez. de 2021.

SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; COSTA, Maria Bernadete de Sousa; BANDEIRA, Geovanna Torres de Paiva,. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE). **Revista de Salud Pública**, v. 18, p. 311-320, 2016.

SiGPC, Sistema de Gestão de Prestação de Contas. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

VIEIRA, Eilamaria Libardoni; BASSO, David; KRÜGER, Nathalia Rosa. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR? PNAE: POLÍTICA PÚBLICA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020.